

Arquivo, história e memória: a constituição e patrimonialização de um acervo privado (Coleção Varela – AHRS, 1850/1930)

Camila Silva*

A presente comunicação busca compartilhar os esboços iniciais da tese de doutorado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio do Sinos. A pesquisa propõe investigar o processo de constituição e patrimonialização da Coleção Varela, um dos principais conjuntos documentais sobre a Revolução Farroupilha, atualmente custodiada pelo AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). Este fundo é composto por mais de dez mil documentos, organizados em 64 maços, os quais se encontram parcialmente transcritos e publicados em formato impresso e digital.

O primeiro contato com a Coleção Varela, objeto e fonte deste estudo, iniciou-se durante o estágio realizado junto ao AHRS. Naquela ocasião, tive a oportunidade de trabalhar no projeto de transcrição da documentação referente ao decênio farroupilha, participando da publicação de dois volumes dos Anais do AHRS¹. No entanto, à época do estágio, meu olhar sobre este conjunto ainda não estava atento para as questões pertinentes ao seu contexto de produção e a história de sua constituição. Ainda que a experiência no arquivo tenha me possibilitado cruzar a fronteira da sala de pesquisa, nota-se que a carência de um arquivista nesta instituição de guarda documental e a ausência de debates sobre os princípios da prática arquivística nos cursos de graduação em História² (MIRANDA, 2012:901), acabam restringindo a abordagem dos historiadores ao conteúdo das fontes contidas nos acervos, sem que a construção histórica dos mesmos seja discutida.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Bolsista CAPES/PROSUP.

¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os segredos do Jarau*: documentos sobre a Revolução Farroupilha. Anais. Vol. 18. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os soldados libertos são os mais valentes*: documentos da Coleção Varela sobre a Revolução Farroupilha. Anais. Vol. 20. São Leopoldo: Oikos, 2014.

² Sobre esta questão, sugere-se o trabalho: MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In.: XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, 2012, Rio Grande. *Anais do XI Encontro Estadual de História*. Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf. Acesso em: 03/06/2015.

Salomon chama a atenção para esta problemática, alertando que “o discurso metodológico e o discurso teórico da história pressupõe os arquivos como *dados*, e evitam a todo custo uma reflexão sobre sua construção e sobre sua produção” (SALOMON, 2011:14). Sobre este tema, também o historiador e arquivista Terry Cook, lembra que a dificuldade em perceber a dimensão das funções arquivísticas reside, em grande medida, na redução do papel do arquivista à figura de um guardião imparcial e do documento à noção de evidência, compreendida como um resíduo “natural” do passado (COOK, 2012:153-154). Assim, esta comunicação pretende compartilhar as principais reflexões que contribuíram para a transformação da minha percepção sobre o acervo ora estudado e, sobretudo, que provocaram as indagações que motivam esta pesquisa.

Tendo feito estas considerações iniciais, reporta-se de imediato à incontornável reflexão de Marc Bloch, em *Apologia da História*:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 200:83).

Os arquivos, neste sentido, não são desinteressadamente constituídos e organizados. Ao contrário, eles possuem uma história própria, para além daquela que “guardam”. Se o ofício do historiador se baseia na observação dos testemunhos do passado, muitas vezes reunidos em arquivos, é primordial que os mesmos sejam tomados como vestígios ou rastros do passado, como objeto de investigação interrogado pelo discurso histórico, e não seguido por este.

Outro ponto importante destacado por Bloch é a relação entre arquivo e memória. Nesta esteira, Mastrogregori reforça que os arquivos são ações e resultados de tradições

de lembranças, constituindo elementos fundamentais na busca de identidades e inserção temporal, e assinala que:

O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na participação ativa de eras passadas – uma ação que vai em direção a conservação e a destruição (MASTROGREGORI, 2008:46-72).

Nesta perspectiva vai-se ao encontro de uma “sociologia histórica dos arquivos”³, apoiando-se nas proposições de Anheim e Poncet⁴ sobre a necessária diferenciação entre arquivos e documentos. De acordo com os autores, “as fontes arquivadas disponíveis para o historiador foram fabricadas em dois tempos: o primeiro enquanto documento, o segundo como arquivo, isto é, como documentos preservados, classificados e inventariados”⁵ (2004:3). Neste sentido, ambos chamam a atenção ao que denominam como *mise en archives*, etapa da construção simbólica e material do arquivo, operação que “altera as lógicas documentais para criar outras, afetando cada documento, ordenando-os em séries, fundos e lugares - elementos que se tornam indissociáveis dos arquivos” (2004:3)⁶.

Dentro desta concepção, a Arquivologia passa a ser refletida como uma disciplina histórica e não somente como um conjunto de técnicas de conservação, ou uma ferramenta auxiliar da História. Os autores sugerem, portanto, uma abordagem interdisciplinar, na qual a Arquivística, entendida como uma “ciência que fabrica arquivos” pode fornecer ao historiador os meios para melhor compreender como ele mesmo “fabrica a história” (2004:3). Dialogando com esta concepção, Heymann observa que,

Nessa nova perspectiva os arquivos são tomados como construtos sociais capazes de revelar valores e padrões de comportamento; são analisados como artefatos

³ Sobre esta questão, ver: HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012:75.

⁴ Esta obra, organizada por um historiador e um arquivista, reúne uma série de estudos que colocam em diálogo o estatuto epistemológico dos arquivos, sob o ponto de vista da Arquivologia e da História (ANHEIM & PONCET, 2004:1-14).

⁵ “Les sources archivées dont dispose l'historien ont été fabriquées en deux temps: une première fois en tant que documents, une seconde en tant qu'archives, c'est-à-dire des documents conservés, classés et inventoriés” (tradução nossa).

⁶ “La *mise en archives* des documents est une opération à part entière, qui bouleverse des logiques documentaires pour en créer d'autres, qui affecte à chaque document des coordonnées dans des séries, des fonds, des lieux – autant d'éléments qui sont en suite indissociables du document” (tradução nossa).

produzidos ao longo de uma série de investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação da entidade produtora do arquivo, mas também de seus organizadores e custodiadores, os quais, muito antes do trabalho seletivo empreendido pelo historiador, realizam – em diferentes tempos e circunstâncias – suas próprias seleções, classificações e monumentalizações (HEYMANN, 2012:38).

A partir deste ponto de vista busca-se esquematizar uma proposta investigativa que restitua à Coleção Varela a sua condição de objeto histórico. Na crítica sócio-histórica indicada por Anheim e Poncet encontram-se elementos para que o arquivo em questão possa ser pensado para além da sua dimensão textual, voltando-se, então, à atenção para a sua materialidade.

Nessa direção, é pertinente retomar as indagações de Cook:

Por que temos os documentos que temos em fundos de arquivos? Por que os descrevemos da forma que o fazemos?” Por que adotamos uma mitologia profissional de guarda passiva ao invés da mediação ativa com o passado? (2012:144).

Ao questionar os principais parâmetros da prática arquivística, o autor reclama aos arquivistas um novo olhar sobre o seu objeto de trabalho, mediante o qual a tradicional equivalência entre arquivo e produto, seja substituída pela noção de *processo*. Assim como em *mise en archive*, a ideia de *processo* preocupa-se em iluminar as ações que precedem a formação do arquivo, fazendo emergir questões pertinentes ao estudo aqui proposto, tais como a inter-relação de grupos e interesses na construção do arquivo, os critérios da dinâmica da seleção e do arquivamento, e as vinculações entre arquivo e memória.

Para refletir a relação por último mencionada, lembra-se de Pomian, para quem a reconstrução do passado funda-se em vestígios, imagens ou relíquias que são os suportes da memória (2000:509). No mesmo sentido, Lowenthal emprega a noção de relíquia para se referir aos artefatos, objetos, fragmentos e demais rastros que tornam o passado tangível ao presente. O passado é como um país estrangeiro, afirma o historiador, e a memória uma das formas pelas quais o conhecemos (1998:66). Também nesta trilha, Pomian lembra que os objetos se transformam em relíquias quando saem do circuito de atividades do presente, conferindo espessura ao tempo e formando, “através de uma série de operações, a memória coletiva e o documento/monumento que se torna o seu suporte” (2000:511). Com isso, reporta-se a Jacques Le Goff, para quem todo documento é monumento, e o “resultado do esforço das sociedades históricas para

impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias” (1996:548).

Aproximando a Coleção Varela à ideia de relíquia, busca-se refletir sobre os possíveis trabalhos de memória inscritos nesta coleção, considerando a dinâmica temporal que a investe. Contribuição fundamental para este debate é a noção de “legado”, proposta por Heymann, a partir do qual a historiadora destaca a dimensão social do processo de “transformação de registros em fontes históricas” (HEYMANN, 2005:1). A autora chama a atenção para os investimentos sociais presentes na atualização de memórias, alertando para “as disputas entre diferentes grupos e diferentes projetos em torno de uma mesma memória” (HEYMANN, 2005:3). Tal perspectiva remete esta discussão às proposições de Koselleck acerca das categorias de *experiência* – compreendida como “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” –, e *expectativa*, dimensão que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (2006:309-310). Lembra-se, no mesmo sentido, de Catroga que, apoiado em Koselleck, compreende o presente histórico como “um permanente ponto de encontro da recordação com a esperança” (2009, p. 16). Estas reflexões permitem inferir que a memória (consubstanciada no arquivo) não apenas atualiza o passado, como também projeta sua continuidade, através da guarda, preservação, disponibilização, publicação, dentre outras ações que podem ser empreendidas por indivíduos ou instituições.

A partir deste roteiro teórico, ainda em construção, volta-se para uma proposta investigativa que tem como objetivo analisar a trajetória de constituição e patrimonialização de uma coleção privada, desnaturalizando o seu processo de acúmulo através do entendimento dos agentes (individuais e institucionais) que interviram na seleção e preservação dos seus documentos. Antes de ser uma fonte de pesquisa, a coleção será tomada ela própria, então, como objeto do estudo, que encontra na naturalização deste acervo um dos principais problemas do trabalho proposto⁷. Embora

⁷ Cabe destacar a monografia de Ana Ines Arce, onde a autora lança um olhar da Arquivologia sobre a coleção, propondo uma discussão sobre a problemática da formação dos acervos privados e públicos e o papel do arquivista na construção da memória social. Ver: ARCE, Ana Ines. “Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”: uma história arquivística da

o primeiro contato com a trajetória da coleção tenha apontado somente para algumas informações esparsas e lacunosas, o exame inicial do percurso deste conjunto documental – desde a sua formação, passando pela transição da coleção do domínio privado para o público –, aponta relevantes possibilidades de estudo. A problemática anunciada desdobra-se, portanto, em um campo de questões que perpassa diferentes momentos analíticos, expostos a seguir.

Nos anos finais da década de 1850, Domingos José de Almeida⁸ iniciou o projeto de reunião dos registros do decênio farroupilha, solicitando aos envolvidos o envio de correspondências, periódicos, decretos e demais documentos que testemunhassem o episódio⁹. Tendo em conta o papel deste personagem na produção e organização dos documentos que remetem ao evento em que o mesmo figurou como um dos principais nomes, a pesquisa questiona-se sobre como ocorreu o processo de seleção e de estabelecimento das fontes para a história da Revolução Farroupilha; e quais foram os critérios empregados na operação de coleta e classificação dos documentos que posteriormente originaram um arquivo de investigação. Diante disto, impõe-se a pergunta: em que medida o projeto de Domingos vinculou-se a produção de uma *memória de si*? Esta expressão reporta-se às reflexões de Ângela de Castro Gomes (2004), que ao discutir a gestão dos acervos auto-referenciais, adverte para a necessidade de pensá-los como uma construção que almeja fazer lembrar quem os produziu:

(...) essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de uma *memória de si*, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções (GOMES, 2004:10).

Coleção Varela. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia). Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

⁸ Em 1819, Domingos José de Almeida estabeleceu-se em Pelotas, como comerciante vindo das Minas Gerais para organizar tropas de mulas. Em 1824, casou-se com Bernardina Barcellos de Lima, pertencente à família bem estabelecida na região sul da Província. De acordo com Menegat, este matrimônio foi importante para inseri-lo na elite charqueadora pelotense. Em 1835, Almeida era deputado na Assembléia Provincial, quando participou da deflagração da Revolta Farroupilha, e posteriormente assumiu o cargo de ministro da Fazenda da República Rio-Grandense (MENEGAT, 2009).

⁹ Carta de Domingos José de Almeida a João Antônio da Silveira, Joaquim dos Santos Prado Lima, ao Tente-coronel José Alves Valença, Tente-coronel José Narciso Antunes e Tenente-coronel Frutuoso Borges da Silva Fontoura. Pelotas, 6 de outubro de 1859 (CV-674).

Neste caso, é interessante pensar que esta “memória de si” não se esgota no indivíduo, pois pode se referir a um grupo e a sua vontade de perpetuar-se no tempo. Questão que merece ser analisada dentro deste contexto, decorre das disputas em torno dos documentos e do plano de escrita da história da República Rio-Grandense idealizado por Almeida. A leitura inicial das fontes que compõe a Coleção Varela permite inferir que este projeto foi marcado pelo conflito de interesses e opiniões entre os ex-líderes da república farroupilha e os seus desafetos legalistas. São exemplos as correspondências com o Major Bernardo Pires e o Tenente Manuel Antunes, nas quais Almeida protestava contra a ocultação de documentos, especialmente no que se refere ao Decreto de 18 de dezembro de 1844 ¹⁰: “(...) um documento em sentido oposto que se tem ocultado e que foi guardado e reservado por Bento Gonçalves me veio à mão, e em mim apagou o conceito que dele fazia, dele que tinha de figurar em retrato no exórdio do meu projetado histórico!”¹¹. À margem da carta recebida por Bernardo Pirez encontra-se uma anotação de Almeida, onde um ano após o recebimento da correspondência que tratava do mesmo decreto, ele decidia sobre o uso da referida documentação: “(...) hoje 10 de Março de 1860 remeto com o Offício a Camara Municipal para serem archivados na Secretaria da mesma, a fim de tirar-se Certidões e divulgar-se” ¹². Essas informações prévias assinalam a possibilidade de se investigar as interferências de um determinado tempo presente no processo de estabelecimento de fontes de um passado recente e na sua escritura, observando as apropriações e os significados operados a partir do conjunto que se constituía.

Outra ordem temática diz respeito ao destino do acervo estudado, cujo decurso indica possíveis negociações entre os interesses dos titulares e das instituições de guarda. Posteriormente este conjunto foi doado por Abrilina Caçapavana de Almeida, filha de Domingos José de Almeida, ao historiador e colecionador Alfredo Varela¹³.

¹⁰ Através deste decreto o imperador D. Pedro I anistiava os farroupilhas e anunciava a pacificação. De acordo com Edna Gondim de Freitas, este documento desapareceu dos arquivos oficiais, restando, porém, uma cópia preservada por Domingos José de Almeida (BRASIL:1980).

¹¹ Carta de Domingos José de Almeida ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 17 de outubro de 1859 (CV 684).

¹² Carta de Bernardo Pirez ao Coronel Domingos José de Almeida. 26 de setembro de 1859 (CV 7432).

¹³ Acredita-se que a passagem da coleção para Alfredo Varela possa ter ocorrido na última década do século XIX. No prefácio da obra *Riogrande do Sul: descrição physica, historica e economica*, publicada em 1897, o autor afirma estar em “preparo uma história completa que em tempo aparecerá”, referindo-se a relação de “acontecimentos revolucionários” (VARELA, 1897:114).

Neste ínterim, a coleção inicialmente reunida pelo líder farroupilha, foi ampliada pelo trabalho de pesquisa e coleta de Varela, que em seguida teve o seu nome vinculado ao arquivo. Questão que se encaminha, portanto, concerne às (re)configurações pelas quais passaram o acervo neste momento, e aos usos que Alfredo Varela fez deste conjunto em sua prática historiográfica. Cabe lembrar que se a história é uma “ciência por rastros”, como define Bloch, “os arquivos são reservas de rastros inventariados”, sublinha Ricoeur (2012:334). Neste sentido, a pesquisa busca verificar quais foram as marcas legadas pelo historiador no trabalho de ordenamento do conjunto documental, assim como o lugar deste arquivo na escrita da história por ele realizada.

Em 1933, Alfredo Varela iniciou o processo de doação da então denominada “Coleção Abrilina”¹⁴ ao Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul¹⁵. Diferentes indícios, no entanto, apontam para os outros possíveis destinos projetados para esta coleção, os quais se pretende investigar. Antes do Museu Júlio de Castilhos, Varela tencionou a doação da coleção com Darcy Azambuja, Secretário de Estado do Interior e Exterior - com a condição de que a entrega fosse realizada em Jaguarão, sua terra natal, em notável cerimônia, com a presença do Governador do Estado. Em seguida a coleção foi abrigada no Museu Paulista, mas por um curto espaço de tempo, devido ao conflito entre Varela e Alfredo Taunay, diretor do museu – referente à crítica de Taunay a natureza dos objetos que integravam o conjunto (VARELA, s.d.:68-69). Além disso, em carta enviada ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Varela manifestou o interesse de que a coleção fosse incorporada a esta instituição, o que não se cumpriu (VARELA, 1935, p. 294). Considerando o contexto de negociações em torno do acervo, este trabalho pretende identificar e debater quais foram os interesses e as disputas que podem ter influenciado as escolhas sobre o futuro da Coleção Varela.

¹⁴ A carta de doação enviada ao diretor desta instituição aponta para o caráter diverso do conjunto, composto por objetos como um prato de porcelana, presente de Bento Gonçalves à sua afilhada Abrilina, e uma efígie em metal de Sarmiento. Carta de Alfredo Varela ao diretor do Museu Júlio de Castilhos, 07/05/1933. Ofícios Recebidos, 1933-1936:65 (Museu Júlio de Castilhos).

¹⁵ O Museu do Estado foi criado em 1903, por decreto do governador Borges de Medeiros. Em 1905, foi transferido para a casa de Júlio de Castilhos, e dois anos depois renomeado como Museu Júlio de Castilhos. Em 1913, foi expedido o Regulamento para o Arquivo Público do Estado – fundado em 1906 – , dividindo o seu acervo em três seções. A 2ª seção, responsável pela custódia dos arquivos histórico e geográfico, foi anexada ao Museu Júlio de Castilhos, em 1925 (NEDEL, 1999).

O estudo busca, portanto, problematizar o contexto de transição da guarda desta coleção da esfera particular para o domínio público, o que se concretizou com a sua incorporação no acervo do Arquivo Histórico do Museu Júlio de Castilhos, em 1936. É importante ressaltar que esta transferência aconteceu durante as comemorações do Centenário Farroupilha que, muito antes de setembro de 1935, ocupou os debates no campo intelectual e nas páginas dos principais periódicos porto-alegrenses¹⁶. A partir da análise dos jornais veiculados pela imprensa periódica, verificou-se que parte significativa dos textos que atualizavam o evento foi escrita por historiadores vinculados ao IHGRGS¹⁷ e ao Museu Júlio de Castilhos. Notabilizaram-se os esforços empreendidos pelas narrativas em conferir um sentido brasileiro à Revolução Farroupilha, reabilitando sua memória aos critérios do projeto nacionalista e inscrevendo-a no passado da nação.

No mesmo período, Varela publicou a *História da Grande Revolução* (1933), onde, em seis opulentos volumes, apresentou um manancial de fontes da até então “sua” coleção particular¹⁸. Tal obra acendeu um acalorado debate entre os historiadores do IHGRGS, que contestaram o separatismo e a influência dos países da região do Prata, teses defendidas por Varela. No ano seguinte a esta publicação, Othelo Rosa e o já citado Darcy Azambuja¹⁹ (na condição de porta-vozes do IHGRGS) redigiram um parecer de contestação, advertindo que a opinião de Varela seria uma exceção entre os membros desta instituição. Diante deste quadro, vislumbra-se uma importante questão a ser estudada, que corresponde às confluências e/ou divergências entre o interesse por

¹⁶ Refere-se à dissertação de mestrado: SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. 2012. 157 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

¹⁷ O Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense foi fundado em 1920, por iniciativa de homens ligados a profissões diversificadas, como Emílio Fernandes de Souza Docca (militar), Alcides Maya (jornalista) e Alfredo Varela (advogado). Inicialmente o instituto seguiu os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, voltando-se para o estudo da História, Geografia, Arqueologia, Etnologia, Paleontologia e Folclore do Rio Grande do Sul (SILVEIRA, 2008).

¹⁸ À título de exemplo, nesta obra encontra-se uma das passagens em que Varela recorre à autoridade de proprietário da coleção: “O que tem valor hoje, o que sempre o terá, sempre, é o que fica em realce com o bronze immortal de monumentos inderruíveis, constantes de minha coleção particular ou das pertencentes a outrem, intra e extramuros” (VARELA, 1933:559).

¹⁹ PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 56:267-272, 1934.

parte do poder público em adquirir o arquivo e a entrada de Varela (e a sua história narrada a partir da coleção) nos trabalhos de rememoração.

A partir desta breve construção encaminha-se a tentativa de se investigar a história da Coleção Varela, buscando colocar em relevo a sua constituição através do estudo dos contextos apresentados: a coleta de documentos e o estabelecimento de fontes para o projeto de escrita da história da Revolução Farroupilha, de Domingos José de Almeida; a gestão e os usos da coleção na operação historiográfica de Alfredo Varela; e a transição da custódia da Coleção Varela para o domínio público. A escolha deste recorte específico visa analisar a construção do conjunto a partir da pesquisa das etapas fundamentais de sua formação, nas quais os documentos recebem o estatuto de fontes históricas e modificam o diálogo de determinados presentes com o passado farroupilha.

Referências Bibliográficas

ANHEIM, Étienne & PONCET, Olivier. *Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. Revue de Synthèse*. Paris, tome 125, 5^{ème} série: 1-14, 2004.

ARCE, Ana Ines. *"Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades": uma história arquivística da Coleção Varela*. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia). Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha*. Anais. Vol. 18. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os soldados libertos são os mais valentes: documentos da Coleção Varela sobre a Revolução Farroupilha*. Anais. Vol. 20. São Leopoldo: Oikos, 2014.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Seção de Legislação Brasileira. *Anistia: legislação brasileira (1822-1979)*. Brasília, 1980.

COOK, Terry. Entrevista. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v.3, n.2: p. 142-156, jul./dez. 2012, p. 154.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. *I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. Disponível em: <http://cpedoc.fgv.com.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 08/04/2015.

_____. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KRZYSTOF, Pomian. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17: 63-148, 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 07/05/2014.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. IN: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos*. 2009. 205 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In.: XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, 2012, Rio Grande. *Anais do XI Encontro Estadual de História*. Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XI EncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf. Acesso em: 03/06/2015.

NEDEL, Letícia. Museus e arquivos: zonas inexploradas de contato entre História e Antropologia. In.: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364570859_ARQUIVO_anpuh_2013.pdf. Acesso em: 16/07/2014.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10: 329-349, 2012. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/456/335>. Acesso em: 07/08/2014.

SALOMON, Marlon (org.). *O saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. 2012. 157 p. Dissertação (Mestrado em

História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *O passado está prenhe do futuro: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930)*. 2008. 97 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPINELLI, Teniza (org). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições. 2005.

VARELA, Alfredo. *Descrição physica, historica e economica*. Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O Cyclo Farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 vols.

VARELA, Alfredo. *O Solar brasílico*. Remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. 2 vols.